
ARTIGOS

OS PORTUGUESES E AS ANTILHAS: O BRASIL AÇUCAREIRO E O GRANDE CARIBE DURANTE OS SÉCULOS XVI E XVII*

Stuart B. Schwartz  

Universidade Yale

Em 1973, na pequena cidade brasileira de Santo Amaro, no coração da zona açucareira da Bahia, tive a oportunidade de assistir a um filme chamado *Queimada*, dirigido pelo italiano Gillo Pontecorvo (1969). É um filme sobre o colonialismo, a independência e a escravidão, com elementos emprestados das histórias do Haiti, Jamaica, Venezuela e Cuba. Seu protagonista é um comerciante e *agent provocateur* inglês, protagonizado por Marlon Brando. Pontecorvo situou a sua história em uma ilha portuguesa imaginária chamada Queimada. Mas não se tratava de modo algum de um cenário artificial. De diversas maneiras, os personagens e os eventos tomados de empréstimo à história do Caribe me trouxeram lembranças e ecos da Bahia e de Pernambuco: tropas portuguesas, escravos rebeldes, uma inquieta classe dominante de senhores de engenho, agentes secretos, penetração comercial estrangeira e guerra nos canaviais.

Quando dirigiu o filme, Pontecorvo era famoso por ter dirigido *A Batalha de Argel*. Em *Queimada*, levou sua fusão de Karl Marx com Franz Fanon a uma visão do nascimento da América Latina como parábola sobre o colonialismo, o peso da escravidão e as complexidades das revoluções. Obviamente, o regime militar brasileiro logo censurou o filme, que vi em um cinema repleto de descendentes dos escravizados que haviam cortado cana nos canaviais da Bahia. Tanto eles quanto os militares responsáveis pela censura entendiam muito bem a mensagem revolucionária da película. O que me chamou a atenção naquele momento e que me parece importante agora é o quão similares eram uma parábola

* Traduzido do espanhol por Iacy Maia Mata e João José Reis.

sobre o Caribe colonial e a realidade do Nordeste brasileiro – o chamado “Brasil açucareiro” – e quão fácil era a transformação imaginária de uma região em outra devido às suas semelhanças históricas.¹

Naturalmente, havia grandes diferenças entre um Brasil de dimensões continentais e as ilhas do Caribe. No entanto, o clima, as possibilidades agrícolas e a história faziam do Brasil um modelo, uma alternativa e um concorrente para algumas sociedades caribenhas, além de uma extensão delas, especialmente durante os séculos XVI e XVII. Sem dúvida, a relação entre o Brasil e o Caribe se transformou com o tempo, mas houve também continuidades, circulação de informações e interações que vincularam suas histórias. Neste ensaio, minhas observações vão se concentrar no Brasil como extensão do Grande Caribe, no papel dos portugueses no Caribe e em sua história compartilhada e entrelaçada de açúcar e escravidão.²

O Grande Caribe

Um primeiro e necessário passo consiste em reconceituar o Atlântico Sul do período moderno – a região que poderíamos chamar “a América dos engenhos (ou *plantations*)”. O centro geográfico deste mundo é Barbados. Com apoio e ensinamentos de Pernambuco, Barbados foi, durante o século XVII, a primeira economia de *plantation* do Grande Caribe. Se colocarmos a

-
- 1 Outros já notaram a relação entre o Brasil e o Caribe. Em 1995, Gabriel García Marquez, baseando-se no trabalho de Gilberto Freyre, falou de um “Caribe sociocultural” que incluía o Brasil, e enfatizou que o sonho de Freyre de “Um mundo novo nos trópicos” era também aplicável ao Caribe, “que tem enorme potencial de desenvolvimento humano ecologicamente sustentável”. Ver Alessandro Warley Candeas, “Brasil es parte del Caribe cultural. La literatura del Nordeste y la tropicología de Gilberto Freyre”, *Papel Político*, v. 20, n. 2 (2015), pp. 607-661 [↗](#).
 - 2 Devemos reconhecer o trabalho pioneiro da historiadora paulista Alice P. Canabrava, feito em 1946 como tese de livre docência e só publicado em 1981 como *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*, São Paulo: IPE, 1981. Sua contribuição foi imediatamente reconhecida por Vitorino Magalhães Godinho em “A travers les Amériques Latines”, *Cahiers des Annales*, n. 4 (1948), e traduzido e publicado em seus *Ensaio*s, (Lisboa: Sá da Costa, 1968), I, pp. 275-289.

agulha de um compasso em Barbados, poderemos traçar um grande círculo que abarca o coração da América das *plantations*. Dakar, no Senegal, e o resto da costa da África Ocidental se encontram a uns 4.500 km a leste; a Cidade do México, a aproximadamente a mesma distância a oeste (4.345 km). Ao sul, o Rio de Janeiro está à mesma distância de Barbados; Salvador e Recife estão ainda mais próximas; e o litoral do Maranhão, no Brasil, constitui, em realidade, a orelha sul do Caribe. Ao norte, Maryland, Virgínia e a Baía de Chesapeake, zonas de tabaco e escravidão nos Estados Unidos, se encontram aproximadamente à mesma distância de Barbados que a Bahia (3.700 km). Tudo isto se converteu na “América das *plantations*”. Homens e mulheres africanos eram retirados de regiões de fora desse perímetro, muitos trabalhavam como escravos em engenhos ou fazendas fora do grande círculo, e autoridades coloniais em Paris, Londres e Lisboa viviam fora dele. Mas o grande arco da história interconectada da escravidão, das plantações e o surgimento do capitalismo colonial se produziram, em geral, dentro dos limites desse perímetro.³

Durante as três últimas décadas, os historiadores anglófonos do mundo atlântico se deram conta de que não há sentido em separar a história do Caribe da história das colônias no Atlântico Norte. A história da Virgínia, Massachusetts, Quebec e Flórida deve ser entendida no contexto do desenvolvimento caribenho e das partes inter-relacionadas de realidades imperiais. Ainda que estivessem certos, é importante reconhecer que a história do mar interior também apontava para o sul. Na região caribenha, diversos estados europeus tentaram criar colônias agrícolas rentáveis, se possível que produzissem açúcar. Utilizaram grande quantidade de africanos escravizados e criaram sociedades violentas, racialmente segmentadas, de grande riqueza e grandes desigualdades. Neste esforço, seu principal modelo e seu maior concorrente foi sempre o Brasil português.

3 Stuart B. Schwartz, *Sea of Storms: A History of Hurricanes in the Greater Caribbean*, Princeton: Princeton University Press, 2015, pp. xiv-xv.

O primeiro ponto que quero ressaltar é que, para os portugueses de inícios do século XVI, o Caribe era, originalmente, uma alternativa ao Brasil.⁴ Durante as primeiras décadas do século XVI, Hispaniola e Porto Rico, onde os castelhanos haviam descoberto ouro, pareciam oferecer mais vantagens para os potenciais colonizadores e comerciantes portugueses do que o Brasil, onde ainda não haviam sido encontradas riquezas minerais e cuja única mercadoria exportável parecia ser o pau-brasil, do qual se extraía tinta. As Índias de Castela atraíram boa quantidade de portugueses ambiciosos, que para lá foram como colonos, marinheiros ou aventureiros.

Os primeiros portugueses que chegaram à Hispaniola no tempo de Cristóvão Colombo encontraram um marco institucional que lhes era conhecido. A concepção de administração e colonização de Colombo se baseava nas instituições do senhorio e da feitoria (ou enclave comercial). Colombo havia tido contato com a instituição do senhorio durante sua participação no comércio de açúcar na colônia atlântica portuguesa das ilhas de Madeira, através de seu matrimônio com a filha do senhor proprietário. Se familiarizou com a feitoria durante sua viagem a El Mina, na costa ocidental da África. Essas experiências lhe forneceram antecedentes para o governo e o potencial desenvolvimento econômico de uma colônia própria. A história dos seus fracassos nesse empreendimento já foi amplamente difundida, mas em certa medida se deveram ao conflito entre, por um lado, o modelo castelhano de ocupação e povoamento dos novos territórios conquistados e, por outro, o modelo português de postos comerciais avançados sob o controle da Coroa ou de colonização sob o mando de um senhor proprietário. De todo modo, não parece que os primeiros

4 Devo ressaltar os esforços de Maria da Graça A. Mateus Ventura para documentar e catalogar a presença portuguesa nas Índias espanholas. Ver seus *Portugueses no descobrimento e conquista da Hispano-América. Viagens e expedições (1492-1557)*, Lisboa: Colibri, 2000; *Portugueses no Peru ao tempo da união ibérica: mobilidade, cumplicidades, e vivências*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005; *Por este mar adentro. Êxitos e fracassos de mareantes e emigrantes algarvios na América hispânica*, Lisboa: Tinta-da-China, 2021. Ver também Gleydi Sullón Barreto, *Extranjeros integrados. Portugueses en la Lima virreinal, 1570-1680*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2016.

imigrantes portugueses das Antilhas tenham se desanimado com as lutas entre os colonizadores e Colombo, ou entre a facção de Colombo e a Coroa. Continuaram chegando ao Caribe.

A presença portuguesa

Durante as seis primeiras décadas do contato castelhano com o Caribe, marinheiros, artesãos, agricultores e comerciantes portugueses constituíram uma parte significativa do povoamento. Como grupo, os portugueses provavelmente foram o maior segmento não castelhano da população imigrante. Em 1535, a *Audiencia* reportou a presença de numerosos residentes portugueses em Santo Domingo. Muitos estavam casados e se haviam convertido em *vecinos*, e cerca de 200 eram homens solteiros, especialistas em fazer açúcar nos engenhos (“mestres de açúcar”), ou carpinteiros, pedreiros e ferreiros que viviam em cidades ao redor da ilha. De acordo com a *Audiencia*, a experiência havia demonstrado que eram “úteis ao povoamento da terra”.⁵ Em 1540, o almirante Luís Colombo solicitou e recebeu permissão para utilizar “mestres e pilotos” portugueses para abastecer os colonos da Jamaica, porque faltavam “naturais destes reinos”.⁶ Na década de 1560, funcionários castelhanos em Hispaniola ainda reconheciam a utilidade dos portugueses e lhes davam as boas-vindas como colonos, especialmente se estavam casados, por serem “grandes amigos da lavoura”.⁷

Ainda que fossem úteis em algumas circunstâncias, eventualmente, a presença de portugueses se tornou um problema. Alonso de Encina, ouvidor da *Audiencia*, se queixou, em 1578, de que a maioria dos moradores portugueses eram mercadores que comercializavam ouro, que estavam ali em grande número e que haviam chegado sem licença. Pedia

5 Archivo General de Indias (AGI), Santo Domingo 49, ramo I, doc. 43 (24 jul. 1535).

6 AGI, Indiferente general 1963, lib. 1 (Madrid, 25 jan. 1540).

7 Lic. Diego Oregón ao CI (29 set. 1566), AGI, Santo Domingo 71, lib. 11, f. 333.

que fossem expulsos e que seus bens fossem embargados, mas suas advertências parecem ter tido pouco efeito. Em 1581, um observador opinou que havia mais portugueses que castelhanos na ilha e, em 1582, um funcionário real em Hispaniola informou que os portugueses representavam a metade da população livre da ilha e que entre eles havia proprietários de terra, os principais comerciantes e que alguns, inclusive, ocupavam postos judiciais.⁸ As principais razões para que se fizesse muito pouco para limitar a presença dos portugueses, apesar do seu grande número e entrada ilegal, eram sua importância no comércio, seu papel crucial no tráfico de escravos e suas atividades como contrabandistas de bens e de escravos africanos em navios que desembarcavam ilegalmente (em “arribadas”), sem a documentação necessária (“sem licença nem registro”).⁹

Durante a década de 1540, quase ao mesmo tempo em que a indústria do açúcar começava a se desenvolver no Brasil, colonos e empresários começaram a construir engenhos e a exportar açúcar nas ilhas de Porto Rico e Hispaniola. Nesta, o primeiro engenho data de 1511, e em Porto Rico, de 1523. Os subsídios régios e a legislação favorável promulgada nos anos 1520 impulsionaram a indústria e, em 1530, Santo Domingo contava com dezenove engenhos, enquanto em Porto Rico operavam doze.¹⁰ Comerciantes, traficantes de escravos, marinheiros e técnicos açucareiros portugueses se dirigiam ao Caribe, apesar da sua presença como “*extrangeros*” estar proibida pela lei castelhana. Um ouvidor

8 Ver Alonso de Encina ao CI (14 maio 1578), AGI, Santo Domingo 79, ramo v, doc. 146; Lic. Diego Oregón ao CI (29 set. 1566), AGI, Santo Domingo 71, lib. 2, f. 333; Lic. Rodrigo de Rivera (24 dez. 1566), AGI, Santo Domingo 70, ramo 1, doc. 16; Rodrigo de Ribero ao Rei (21 mar. 1582). Veja também Genaro Rodríguez-Morel, “Desarrollo económico y cambio demográfico en Hispaniola, siglos XVI y XVII”, *Boletín del Archivo Nacional de la Nación*, v. 32, n. 117 (2007), pp. 79-144 [↗](#).

9 AGI, Santo Domingo 79, ramo 1, doc. 22 bis (15 out. 1579). Esta *Informação*, escrita por Rodrigo Hernández de Rivera, *alcalde mayor de la Tierra adentro*, refere-se ao contrabando de ingleses, franceses e portugueses em redor dos portos de Baytoa e Bayahá.

10 Genaro Rodríguez-Morel, *Orígenes de la economía de plantación de La Española*, Santo Domingo: Editorial Nacional, 2012, pp. 261-266; Elsa Gelpi Baíz, *Siglo en blanco. Estudio de la economía azucarera en el Puerto Rico del siglo XVI (1540-1612)*, San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1999, p. 19.

da *Audiencia* de Santo Domingo se queixou, em 1561, de que Santo Domingo era “outro Portugal”, pois escravos africanos chegavam em barcos portugueses e uma grande quantidade de marinheiros e migrantes portugueses pretendiam se instalar na ilha.¹¹ Em realidade, para os portugueses, durante as primeiras décadas do século XVI, Santo Domingo havia se convertido em “outro Brasil”; ou seja, um destino rival para a colonização portuguesa. Jerónimo de Barros, filho do famoso cronista João de Barros, escreveu sobre os efeitos negativos, para o desenvolvimento do Império português, da migração portuguesa ao Caribe:

O mais importante para o bem-estar do Brasil é a perda de homens que, através desta porta, atravessam para as Antilhas, levados pelo amor ao ouro que se encontra ali, onde há tantos portugueses que me atrevo a dizer que, daqueles que partem para o Brasil, dois de cada três estão nas Antilhas, onde há muitos *asentamientos*, dois terços dos moradores são portugueses e só Deus sabe que benefício aportam às conquistas deste [seu próprio] reino.¹²

Ainda que os funcionários régios se opusessem ocasionalmente à presença excessiva dos portugueses, suas reconhecidas habilidades e reputação como bons trabalhadores faziam com que também tivessem seus defensores. Apesar da proibição contra a presença de estrangeiros, as autoridades locais e a população de Santo Domingo e, posteriormente, as de Cuba e Porto Rico, recebiam bem aos portugueses devido à sua experiência agrícola e a seu conhecimento da produção de açúcar.¹³ Além disso, suas conexões com o tráfico escravista e com o contrabando tornavam os portugueses atrativos para os residentes locais e, inclusive, para alguns funcionários. Quando uma grande quantidade de

11 Marcel Bataillon, “Santo Domingo ‘era Portugal’” in Bernardo García Martínez, Victoria Lerner et al. (orgs.), *Historia y sociedad en el mundo de habla española* (Cidade do México: El Colegio de México, 1970), pp. 113-120.

12 Apud Robert Ricard, “Los portugueses en las Indias Españolas”, *Revista de Historia de América*, n. 34 (1952), p. 454.

13 Sobre a exclusão dos estrangeiros, ver Esteban Mira Caballos, “Los prohibidos en la emigración a América (1492-1550)”, *Estudios de historia social y económica de América*, n. 12 (1995), pp. 37-53.

espanhóis abandonou as ilhas para buscar fortuna no continente após as conquistas do México, na década de 1520, e do Peru, na de 1530, a falta de população tornou a presença de colonos portugueses ainda mais atrativa. Em algumas ocasiões, até a Coroa apoiou sua chegada. Em 1534, por exemplo, Carlos V concedeu uma licença para que trinta portugueses se instalassem na Jamaica, em uma cidade que seria criada ao lado de um engenho.¹⁴ A partida de colonos para a Nova Espanha causou grande consternação em Hispaniola e, mais à frente, houve uma nova perda de população quando Juan Pizarro, antigo residente da ilha e irmão do conquistador do Peru, regressou para levar consigo quase todos os residentes das cidades de Azúa e San Juan de Maguana. Em resposta ao despovoamento, funcionários régios e o cabildo de Santo Domingo sugeriram diversas estratégias para promover o povoamento da colônia.¹⁵ Discutiram, por exemplo, a eficácia de oferecer subsídios ou isenções de impostos a potenciais colonos, pois temiam que não quisessem permanecer na ilha ou que fossem para a cidade de Santo Domingo.¹⁶

Os portugueses representavam uma possível solução. Em 1565, o representante da cidade de Santo Domingo, licenciado Lorenzo Bernáldez de Lorca, enviou uma petição à Coroa para que, dada a extensão da ilha e sua carência populacional, fossem emitidas licenças para a chegada de 150 lavradores portugueses. O rei aceitou transgredir a proibição contra estrangeiros, mas insistiu para que fossem apenas portugueses que já residissem em território espanhol; que nenhum fosse mouro,

14 AGI, Santo Domingo 1121, lib. 2, f. 13v (Valladolid, 28 jul. 1534).

15 Devemos apontar a presença quase constante de portugueses nas hostes da Conquista, como foi o caso de João Lopes de Sequeira, nomeado governador e capitão-general de Veraguas (1602-1607). Destacado por sua exploração do ouro e por sua crueldade com os indígenas, fundou as cidades de Nova Lisboa e de David. Preso e processado pela *Audiencia* por seus abusos contra indígenas e por “mau governo”, seus inimigos o trataram com desprezo como “português” e converso. Ver Alberto Osorio, *Judaísmo e Inquisición en Panamá colonial*, Panamá: Ediciones Instituto Cultural Panamá-Israel, 1980, pp. 164-168. Agradeço ao professor Pedro Cardim, da Universidade Nova de Lisboa, pela indicação deste texto.

16 Para adquirir cidadania (*vecindad*) em Santo Domingo, eram necessários cinco anos de residência. Ver AGI, Santo Domingo 77. Há uma discussão do assunto em Morel, “Desarrollo económico y cambio demográfico en La Española.

judeu ou penitenciado pelo Santo Ofício; e que pelo menos cinquenta deles fossem casados e viajassem com suas esposas e filhos. Como apoio, cada homem receberia 200 mil *maravedíes*, mas estariam obrigados, sob pena de multa e prisão, a não deixar a ilha pelo período de oito anos.¹⁷ Contudo, boa parte dos estímulos desta natureza produziu resultados escassos.

A presença portuguesa nas Antilhas se manifestou de diversas formas. Parte do vocabulário empregado durante as primeiras décadas da colonização foi extraída da experiência portuguesa na África. Na América espanhola, não só em Hispaniola, mas também em Cuba e Porto Rico, foram utilizados termos como *resgate*, para se referir à escravidão de cativos como um tipo de compensação em troca de terem sido resgatados de seus inimigos; e *tangomaos*, para nomear os homens europeus ou de origem racial mista que se instalavam entre a população indígena e atuavam como agentes e intermediários. Uma situação similar se apresentava em Porto Rico, onde, na década de 1530, já estava em marcha uma indústria açucareira. Tantos portugueses viviam ali que a segunda capela mais importante da catedral de San Juan fora dedicada a Santo Antônio de Lisboa e era mantida por uma irmandade formada por residentes portugueses. Tratava-se da maior irmandade laica da cidade.¹⁸ Em 1606, o governador de Porto Rico estimou que os portugueses representavam 25% da população.¹⁹ Em Cuba, os portugueses também constituíam a maior comunidade de estrangeiros. Eram membros do *cabildo* de Havana e exerciam postos na milícia. Em resumo, apesar

17 AGI, Indiferente general 1966, leg. 15 (Madrid, 23 mar. 1565).

18 Antonio Cuesta Mendoza, *Historia eclesiástica de Puerto Rico colonial*, Ciudad Trujillo: Arte y Cine, 1948, v. I, p. 156.

19 Henry Keith, “New World Interlopers: The Portuguese in the Spanish West Indies, from Discovery to 1640”, *The Americas*, v. 25, n. 4 (1969), p. 369. Ver o excelente resumo de Josué Caamaño-Dones, “La presencia de portugueses en Puerto Rico durante la segunda mitad del siglo XVII”, trabalho apresentado à Asociación de Historiadores del Caribe (Barbados, 2010); e Ignacio Chuecas Saldías, “El Caribe portugués: sobre políticas imperiales, redes planetarias y la presencia de portugueses en el caribe durante el gobierno de Felipe III (1598-1621)”, *Iberoamerica Social*, número especial, II (2018), pp. 27-45.

das proibições contra os portugueses, muitos adquiriam *vecindad* “de fato, se não de direito”.²⁰

Os portugueses foram aceitos e valorizados, em grande medida, graças às suas habilidades e a seu acesso à potencial mão de obra africana, mas sempre houve demandas para sua exclusão e a de outros estrangeiros das Índias Ocidentais. Em 1588, o *cabildo* de Santo Domingo sugeriu que aqueles que viviam na cidade e dominavam o comércio fossem expulsos, “mas que deixem os que vivem no campo já que não há naturais e estes trabalham a terra”.²¹ Até certo ponto, aos sentimentos de animosidade “nacional” e à rivalidade comercial se sobrepunha a suspeita religiosa, já que muitos dos portugueses nas Índias eram cristãos-novos. As grandes campanhas antiportuguesas da Inquisição de Lima (1634-1637) e do México (1642-1649) são bem conhecidas, mas sentimentos similares de medo e rejeição se manifestaram também no Caribe.²²

Ofereço aqui um exemplo até agora desconhecido deste fenômeno. Trata-se de um memorial impresso do Conselho das Índias, publicado em 1649, escrito pelo franciscano Frei Antonio de Chinchilla, comissário da Inquisição no arcebispado de Santo Domingo, que havia servido também em Caracas, Coro e Nova Espanha.²³ Chinchilla defendeu que a área

20 Ricard, “Los portugueses en las Indias Españolas”, pp. 453-454; Bataillon, “Santo Domingo ‘era Portugal’”, p. 116 (citação). Sobre a naturalização de portugueses, ver Chuecas Saldías, “El Caribe portugués”, pp. 36-38.

21 AGI, Santo Domingo 73, ramo III, doc. 113 (2 jul. 1588)

22 Há uma bibliografia extensa sobre os portugueses nos importantes portos de Cartagena de Índias e Veracruz. Sobre Cartagena, por exemplo, ver Wheat, *Atlantic Africa*, pp. 126-129; María Cristina Navarrete Peláez, “De las ‘malas entradas’ y las estrategias del ‘buen pasaje’: el contrabando de esclavos en el Caribe neograndino, 1550-1650”, *Historia crítica*, n. 34 (2007), pp. 160-183 ☞; Enriqueta Vila Vilar, *Hispanoamérica y el comercio de esclavos. Los asientos portugueses*, Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1977, pp. 93-126; Linda A. Newsome e Susie Minchin, *From Capture to Sale: The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century*, Leiden: Brill, 2007. Ver também Antonio Vidal Ortega, *Cartagena de Indias y la region histórica del Caribe, 1580-16740*, Sevilha: CSIC, 2002.

23 Memorial de Fray Antonio de Chinchilla (sem data nem local), Biblioteca Pública de Évora (Portugal), CVIII/ 2-12. Uma evidência interna no texto indica que foi escrito em 1649 porque menciona o ouvidor Juan Melgarejo Ponce de León como presidente da *Audiencia* de Santo Domingo, uma posição que desempenhou unicamente durante esse ano, como interino. Ver Juana Gil-Bermejo García, *La Española. Anotaciones*

controlada pela Inquisição de Cartagena, que compreendia quatrocentas léguas e incluía doze *gubernaciones*, era tão extensa que nenhum inquisidor ou funcionário do Santo Ofício havia visitado suficientes lugares para assegurar que a fé estivesse protegida. Disso resultavam “infinitos danos não só para a plantação da fé, que ainda está em construção naquelas províncias, mas também para dar mais profundidade às raízes do que foi plantado”. Chinchilla apontou em detalhes as limitações jurisdicionais impostas aos agentes da Inquisição pelos bispos nas Antilhas, especialmente na Venezuela, onde o controverso bispo Frei Mauro de Tovar evitou a publicação de éditos inquisitoriais. Por outro lado, enfatizou que a falta de comissários e familiares se agravava porque os colonos espanhóis não podiam ser designados para estes cargos, pois era difícil conseguir provas de sua limpeza de sangue, já que se encontravam longe de suas regiões de origem e porque “grande número deles são mestiços”. O problema afetava especialmente Santo Domingo e Porto Rico, devido à quantidade de ingleses, holandeses e franceses, que traziam escravos africanos e mercadorias. A Inquisição de Cartagena assumiu grande quantidade de casos das colônias caribenhas, não apenas como consequência do contato com os heréticos europeus do norte, “mas também pelo muito concurso dos portugueses”, boa parte dos quais eram conversos suspeitos de serem judaizantes.

Chinchilla indicou que, na província de Caracas, “é muito comum a manha e cautela dos portugueses de colocar os seus *vecinos* na cabeça de todos os seus contratos”, para evitar pagarem impostos e que, com o dinheiro que acumulavam, se convertiam em funcionários municipais (*regidores* e *alcaldes*). Isso violava tanto os regulamentos do Conselho das Índias, quanto os da Suprema y General Inquisición, que ordenavam que nenhum português podia ir às Índias apenas com a permissão daquele

históricas (1600-1650), Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1983, p. 229. Frei Antonio foi um dos doze missionários franciscanos autorizados em 1618 a navegar de Sevilla para a Venezuela, passando por Santo Domingo. Ver José Eliseo López, *La emigración desde la España peninsular a Venezuela en los siglos XVI, XVII, XVIII*, Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1999), v. 2, p. 81.

conselho, pois necessitavam também de documentos do Tribunal da Inquisição de Sevilha para evitar que os fugidos de acusações inquisitoriais deixassem a Espanha. Frei Antônio afirmou que:

Na ilha de Porto Rico e na província de Caracas e no governo de Margarita, há notícias públicas e tradições de cinquenta anos atrás, de que chegou ali um navio que vulgar e comumente foi chamado de Navio Judaico porque se procedeu contra as pessoas que iam nele, que eram muitas famílias fugitivas e expulsas do reino de Portugal, no auto [de fé] a que chamaram o grande; e esta chegada de famílias se distribuiu e espalhou em grande número pelas ditas três províncias de Porto Rico, Margarita e Caracas, onde todas as pessoas das ditas famílias (embora colocadas em ofícios e postos de honra) não podem apagar a origem e continuação de seus costumes, como será fácil para o Conselho averiguar.

O perigo do comércio com os portugueses, ingleses e holandeses não tinha a ver somente com o seu possível efeito sobre os indígenas e mestiços, mas também, em suas palavras, com

O contágio que se espalhou entre os espanhóis do uso de feitiçarias e embustes, a que não ajuda nada estar ainda ao sabor da idolatria, pela qual facilmente vem a magia com pactos com o demônio, que lhes comunica muitas notícias de ocultas virtudes das ervas, que com tanta diversidade aquelas terras criam, e lhes ensinam venenos extraordinários e não conhecidos, nem remediáveis, com o qual cometeram muitos homicídios e privaram de juízo a muitos.

O Frei Antonio parecia insinuar que, se o bispo Tovar não tivesse interferido no trabalho da Inquisição, a situação teria sido menos problemática. Também expressou sua suspeita de que o julgamento do próprio bispo pudesse estar comprometido pelos venenos diabólicos que os heréticos e conversos portugueses haviam introduzido na região.²⁴ A sombra da mácula

24 Um estudo da diáspora sefardita no Caribe que não está baseado em material da Inquisição é o de Reginaldo Jonas Heller, “Diáspora atlântica. A nação judaica no Caribe, séculos XVII e XVIII”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Ver também Morderchai Arbell, *Spanish and Portuguese Jews in the Caribbean and the Guianas: A Bibliography*, editado por Dennis C. Landis e Ann P. Perry, Providence: John Carter Brown Library e Interamericas, 1999.

judaizante fez da palavra “português” sinônimo de judeu, associação que explica uma cláusula dos morgados (1558) de *don* Rodrigo de Bastidas, bispo de San Juan, e de *don* Gonzalo Fernández de Oviedo, que proibiu clérigos portugueses de rezarem as missas de suas capelas ou que seus herdeiros se casassem com portugueses.²⁵

Arribadas e más-vindas

Quando a indústria do açúcar começou a se expandir pelas ilhas, a população taína local já declinava. Em 1514, os primeiros nativos foram entregues como índios em *encomiendas* e alguns trabalharam nas primeiras propriedades açucareiras, mas o trabalho nas minas de ouro teve efeitos destrutivos.²⁶ Enquanto os colonizadores espanhóis começavam a buscar outros trabalhadores como alternativa nas ilhas menores ou na costa da Venezuela, ao mesmo tempo em que a Coroa aplicava as primeiras restrições à escravidão dos grupos indígenas que se encontravam sob autoridade espanhola, houve tentativas por parte dos portugueses de levar escravos indígenas do Brasil para o Caribe. No entanto, àquela altura, a Coroa já havia começado a facilitar a exploração de outras fontes de mão de obra.²⁷

Após 1518, a Espanha começou a conceder contratos individuais para o abastecimento de escravos nas Antilhas. Esse regime de “licenças” (*asientos*) não monopolistas regulou o tráfico de escravos entre 1532 e 1595, geralmente através da provisão de contratos individuais para suprir um número específico de escravos para determinada região. Florentinos, genoveses e alemães obtiveram alguns dos contratos iniciais,

25 Emilio Rodríguez de Demorizi, *Relaciones históricas de Santo Domingo*, Santo Domingo: Sociedad Dominicana de Bibliófilos, 2008, v. I, pp. 216-217.

26 Frank Moya Pons, *Historia colonial de Santo Domingo*, Santiago: RD: UCMM, 1974; Rodríguez-Morel, *Orígenes de la economía de plantación de la Española*.

27 AGI, Santo Domingo 899, lib. 1, “Real cédula sobre el tráfico de indios que hacen unos portugueses llevándolos a la isla de Margarita” (Valladolid, 21 set. 1556).

mas, nos anos de 1540, os fornecedores portugueses, que trabalhavam em Sevilha ou viviam no Caribe, obtiveram contratos para abastecer as colônias espanholas com escravos de Cabo Verde ou da Guiné. A partir desta posição, continuaram dominando até 1595, quando começaram a obter grandes contratos monopolistas para o abastecimento das colônias espanholas com escravos africanos.²⁸

Durante as primeiras décadas do século XVI, o tráfico atlântico de escravos somava em torno de três ou quatro mil escravos por ano no total, mas, na década de 1540, a demanda por trabalhadores africanos aumentou devido à expansão das conquistas e *asentamientos* espanhóis, ao florescimento da colônia portuguesa de São Tomé, produtora de açúcar, e ao crescimento das indústrias açucareiras do Caribe e Brasil.²⁹ Entre 1551 e 1575, o número de africanos levados pelo tráfico atlântico foi em torno de 60.000, dos quais 5.000 seguiram para as economias açucareiras das Canárias e Madeira, e quase 19.000 para São Tomé, 25.000, para a América espanhola, e 10.000 para o Brasil. Somente no período seguinte, entre 1576 e 1600, enquanto a economia açucareira brasileira prosperava e as primeiras leis contra a escravidão indígena eram aplicadas, o consumo brasileiro de escravos africanos aumentou para 4.000 anualmente.³⁰ Os escravistas e *asientistas* portugueses costumavam evitar a parada obrigatória em Sevilha e o pagamento de impostos mais altos sobre seus carregamentos para as Índias espanholas, indicando que seu destino era o Brasil, mas logo chegavam ao Caribe, supostamente forçados por elementos naturais ou por acidente.

Estas chegadas “por azar” foram facilitadas pelo que os marinheiros espanhóis e portugueses haviam aprendido sobre as correntes e os

28 Ventura, *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela*, pp. 19-27.

29 Acerca do início do tráfico transatlântico de escravos, durante o final do século XV e começo do XVI, os melhores cálculos são ainda os de Ivana Elbl, “The Volume of the Early Atlantic Slave Trade”, *Journal of African History*, n. 38 (1997), pp. 31-75 ☒.

30 Herbert Klein, “The Atlantic Slave Trade to 1650” in Stuart B. Schwartz (org.), *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680* (Chapel Hill: Universidad de North Carolina Press, 2004), pp. 200-203.

ventos do Atlântico Sul.³¹ As primeiras expedições portuguesas haviam aproveitado a corrente de Guiné, na direção sul, que levava barcos de Portugal para o sul do Marrocos e o golfo do Benin, mas descobriram que a fria e veloz corrente de Benguela, que seguia na direção norte da costa da África, desde a Namíbia até perto da foz do rio Congo, tornava muito difícil a navegação costeira mais ao sul. A resposta dos navegadores portugueses a este desafio consistiu em ir para o sudoeste, evitando a corrente oposta, e assim chegar a latitudes mais altas antes de se dirigir à costa africana ou contornar o cabo da Boa Esperança, em direção ao oceano Índico.³² Os barcos que se dirigiam a Luanda ou, mais tarde, a Benguela, retornavam para poder se aproximar do porto de destino pelo sul.

Os europeus aprenderam que a corrente do Brasil dominava a navegação ao longo da costa brasileira em um equivalente análogo, porém mais fraco, da corrente do golfo do Atlântico Norte. Aprenderam também que na costa do Brasil os ventos predominantes entre setembro e março sopravam do nordeste ou do leste-nordeste e que a corrente levava com força para o sul. Entre março e agosto, a corrente ia para o norte, acompanhada de ventos que sopravam do sudeste ou do leste-sudeste. No final do século XVII, recomendava-se aos pilotos que saíam de Portugal que navegassem para o sul, para Cabo Verde (16° N) e que depois descessem à latitude 6°5' S, ou ainda mais abaixo, para encontrar ventos propícios para atravessar o Atlântico até o Brasil.³³ Entretanto, se se aproximassem

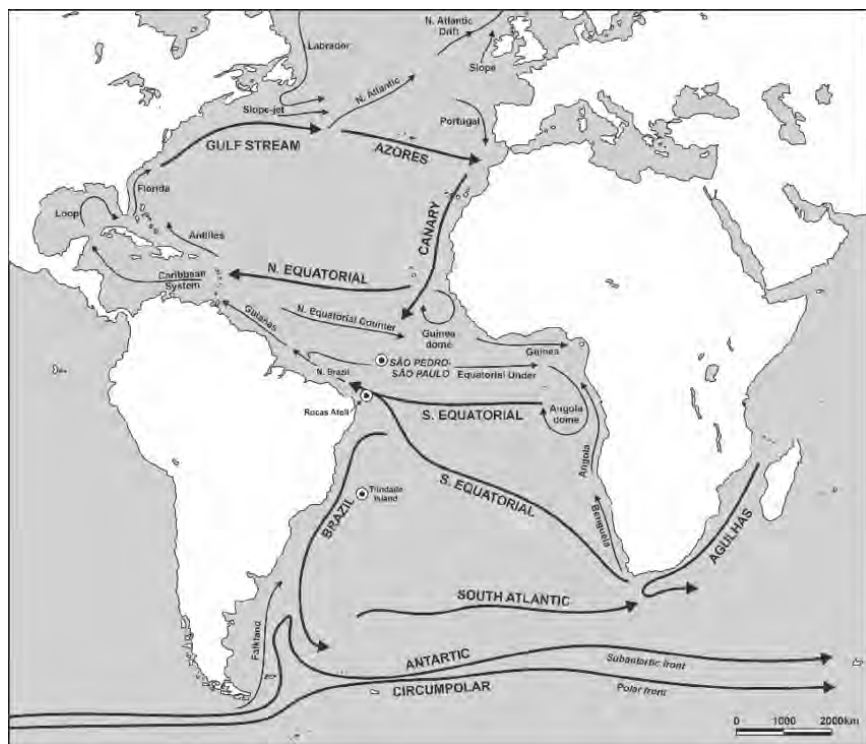
31 Um resumo útil da hidrografia do Oceano Atlântico e das rotas preferidas durante os séculos XVI e XVII se encontra em Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil, e o Atlântico, 1570-1670*, Lisboa: Editorial Estampa, 1989, v. I, pp. 39-55. Acerca do problema mais geral dos ventos e das correntes durante a era moderna, ver Greg Bankoff, “Aeolian Empires: The Influence of Winds and Currents on European Maritime Expansion in the Age of Sail”, *Environment and History*, v. 23, n. 2 (2017), pp. 163-196 (🔗).

32 Bailey Diffie e George Winius, *Foundations of the Portuguese Empire, 1415-1580*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977, pp. 198-200, oferece um esquema breve das principais rotas, mas enfatiza que rotas principais mudaram com o tempo, conforme os pilotos adquiriam experiência com os ventos e correntes do Atlântico Sul.

33 Manuel Pimentel, *Brazil Pilot, or A description of the Coast of Brazil*, Londres: Longman, Hurst, Reese, and Orme, 1809. Trata-se, em realidade, de uma transcrição parcial de Luiz Serrão Pimentel, *Arte de navegar*, Lisboa: Miguel Manescal da Costa, 1762.

da costa brasileira muito acima do cabo Santo Agostinho (8°17'), onde a corrente do Brasil se divide em outras que vão para o norte e para o sul, especialmente entre março e agosto, se veriam forçados a seguir para o norte, diretamente para o Caribe, pelas correntes do Brasil e da Guiana.

Figura 1
Oceano Atlântico: correntes de superfície



Fonte: R. G. Peterson e L. Stramma, “Upper-level Circulation in the South Atlantic Ocean”, *Progress in Oceanography*, n. 26 (1991), pp. 1-73. Adaptado para Google por Lucas Antonietto.

Existe uma quantidade de casos bem documentados em que isto ocorreu, como na chegada do governador Luis de Vasconcelos, que se viu obrigado a passar o inverno de 1570-1571 em Santo Domingo, ou a dos *oidores* (desembargadores) da primeira Relação do Brasil, que foram


enviados para a Bahia em 1588, mas também tiveram que desembarcar em Hispaniola.³⁴ Estas experiências, ademais, ensinaram os marinheiros a chegar facilmente no Caribe a partir da costa da África. Capitães que saíam de São Tomé ou Angola, e que queriam levar seus carregamentos ilegais para o Caribe só precisavam cruzar o Atlântico Sul a uma latitude que se aproximasse da costa brasileira por cima do cabo Santo Agostinho para navegar por essa corrente para o norte. Quando chegavam, suas explicações para um desembarque forçado (“*arribada*”) ou uma “*mala llegada*”, que violava as proibições contra estrangeiros ou contra o comércio sem licença, podiam ser razoavelmente aceitas, devido ao conhecimento geral acerca dos ventos e correntes dominantes e porque os funcionários e colonos locais estavam ansiosos para receber contrabando de bens e pessoas.

As *arribadas* eram uma forma velada de evitar impostos e restrições, mas se converteram na forma habitual de os navios portugueses entregarem carregamentos de escravizados e outros bens nas Índias espanholas até 1590. Em geral, as administrações e populações locais aceitaram esta situação porque lhes trazia benefícios.³⁵ Em Porto Rico, por exemplo, as “*arribadas*” distribuíram mais de 40% dos 6.661 escravizados africanos que chegaram à ilha entre 1540 e 1600.³⁶ Estas embarcações também transportavam um fluxo constante de marinheiros portugueses e de outras ocupações, que logo estabeleciam residência no Caribe ou em outras regiões das Índias espanholas.³⁷

34 Ricard, “Los portugueses en las Indias Españolas”.

35 Deve-se assinalar que o uso para a navegação das mesmas rotas facilitou o comércio legal desde Angola até os portos caribenhos de Cartagena e Veracruz, após o estabelecimento dos *asientos* portugueses em 1589. Os aspectos africanos dessa navegação estão detalhados em Joseph Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Madison: Wisconsin University Press, 1988, pp. 318-321.

36 Elsa Gelpi Baíz, *Siglo en blanco. Estudio de la economía azucarera en el Puerto Rico del siglo XVI (1540-1612)*, San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1999, p. 19

37 Ver a discussão de Henry Keith, “New World Interlopers: The Portuguese in the Spanish West Indies, from Discovery to 1640”, *The Americas*, v. 25, n. 4 (1969), pp. 360-371 .

A ameaça política dos portugueses

Na década de 1580, os inimigos da Espanha dos Habsburgo consideravam que os muitos portugueses que viviam no Caribe podiam ser persuadidos a resistir à união entre a Espanha e Portugal. Em julho de 1583, sete embarcações inglesas comandadas por William Hawkins, que estavam a caminho de Havana para atacá-la, fundearam em frente à costa de Porto Rico. Os ingleses, esperando encontrar aliados entre os portugueses da ilha, afirmaram que Dom António, Prior do Crato e rival de Felipe II na ascensão deste à Coroa portuguesa, era um dos passageiros da frota.³⁸ Como já indiquei, a maior confraria na catedral de San Juan era dos portugueses e estava dedicada a Santo Antônio. Quando os portugueses residentes em Santo Domingo, em 1583, tentaram fundar uma confraria semelhante, o presidente da *Audiencia* os proibiu, declarando que “não faltou um homem sério para dizer que seu intento era fazê-la para Santo Antônio, para não esquecer Dom António”. O presidente confiscou seus papéis, fez uma lista com os nomes dos confrades e lhes disse que se tivessem tanta devoção a este santo, “lhe rezassem muitas missas”.³⁹

A esperança de utilizar Dom António para levantar os lusitanos contra Felipe II era uma tática comum em ambos os lados do Atlântico. A França havia justificado seu ataque contra os Açores, em 1582, como parte de seu apoio à causa de Dom António, e o ataque a Lisboa, em 1589, após seu triunfo sobre a Armada espanhola no ano anterior, havia tentado, sem êxito, fomentar uma rebelião a favor de Dom António entre os portugueses. Em diversas ocasiões, os holandeses asseguraram que Dom António ou seu filho haviam formado uma aliança com eles, o que justificava suas ações contra a monarquia espanhola na América.⁴⁰ Quando os

38 AGI, Indiferente general, 1887 (Relación de una carta del capitán Juan Melgarejo, 30 jul. 1583).

39 Lic. Cristóbal de Ovalle al Rey (31 out. 1583), AGI, Santo Domingo 51, ramo I, doc. 80.

40 María V. Jordán Arroyo, *Entre la vigilia y el sueño. Soñar en el siglo de oro*, Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2017, pp. 122-142. Sobre as ilhas Açores, ver Jean-Frédéric

holandeses capturaram Salvador, na Bahia, em 1624, houve rumores de que o neto de Dom António havia acompanhado sua frota.⁴¹

A presença portuguesa no Caribe se manteve firme durante a união das coroas e foi regularizada, na década de 1590, quando a Coroa espanhola, necessitada de dinheiro, permitiu aos imigrantes ilegais portugueses legalizar sua residência através do pagamento de uma penalidade chamada *composición*. Esta legalização se realizou em todo o Império Espanhol. Além disso, naquela altura, havia tropas portuguesas estacionadas em diversos pontos do Caribe. Em 1593, chegou de Lisboa uma tropa de veteranos portugueses para guarnecer o Castelo de São Felipe do Moro, que guardava a entrada para o porto de San Juan.⁴² O período da união aumentou a presença física portuguesa no Caribe, mas, durante aqueles anos, a grande expansão da economia açucareira brasileira e do tráfico escravista que a acompanhou fizeram o Caribe menos atrativo em termos econômicos para colonos e comerciantes lusos.

Contudo, depois da Revolta de Bragança, de 1640, os portugueses passaram a ser considerados uma séria ameaça nas Índias espanholas. Embora a primeira reação das autoridades tenha sido cautelosa para evitar transformar vassalos leais em inimigos, o medo da deslealdade aumentou conforme a Revolta de Bragança se tornou realidade.⁴³ Por todo o Império Espanhol, a Coroa e os administradores locais expressaram preocupação e impuseram restrições aos soldados portugueses nas guarnições espanholas durante a época da Rebelião Portuguesa (1641-1668). A descon-

Schaub, *L'île aux mariés. Les açores entre deux empires(1583-1642)*, Madrid: Casa de Velázquez, 2014.


41 Conde de Basto para o Conde Duque de Olivares (1 ago. 1624), Archivo Casa de Alba (Madrid), Caja 117, fl. 292-293v, Discuto o uso de Dom António em Stuart B. Schwartz, “When Brazil Was Jewish: New Sources on the Fall of Bahia, 1624 in the context of Portugal’s Political and Social Conditions in the Seventeenth century” in François Crouzet e Denis Rolland (orgs), *Pour l’histoire du Brésil. Mélanges offerts à Katia de Queirós Mattoso* (Paris: L’Harmattan, 2000), pp. 245-260.

42 F. Ribas Tovar, *A Chronological History of Puerto Rico*, Nova York: Plus Ultra, 1973, p. 94

43 AGI, Santo Domingo 156 (Gov. Iñigo de la Mota Sarmiento, 1641).

fiança era profunda. Circularam amplamente rumores acerca das tentativas portuguesas de capturar a frota que carregava a prata de Cartagena para a Espanha, de queimar a cidade de Panamá, fomentar uma rebelião escrava em Lima, apoderar-se de Buenos Aires e ali assassinar todos os homens, mulheres e crianças espanholas.⁴⁴ Em Santo Domingo havia muita preocupação porque “os soldados portugueses costumavam estar de guarda nos castelos [...] sendo donos deles e de sua artilharia”. Foram expulsos do castelo 67 soldados portugueses, sendo 47 solteiros. Os lusitanos eram uma ameaça, “por haver muitos desta nação nesta cidade e na terra adentro, tanto nos campos como nos lugares dela, e ingleses e franceses, e haver muitos negros levantados, que se se juntassem podiam dar preocupação [...]”.⁴⁵

O Bispo de Porto Rico escreveu, em 1645, que havia “medo de que os portugueses, levados pela cegueira de sua nação, entregassem uma noite a ilha aos inimigos”, e que temia que a numerosa presença de portugueses entre os frades franciscanos e dominicanos da ilha convertesse seus conventos em focos de uma potencial traição.⁴⁶ Por volta da década de 1660, os portugueses haviam praticamente desaparecido como comunidade independente no Caribe. Já não mantinham em San Juan sua capela na catedral. A confraria de Santo Antônio já não estava ativa. Os portugueses haviam partido.

44 Sobre o rumor da conquista portuguesa de Buenos Aires em 1650, ver a investigação e relatório da *Audiencia* de Santo Domingo em AGI, Santo Domingo 57, ramo 2, n. 31 (1650). Ver também Stuart B. Schwartz, “Panic in the Indies: The Portuguese Threat to the Spanish Empire, 1640-50”, *Colonial Latin American Review*, v. 2, n. 1-2 (1993), pp. 165-187 .


45 AGI, Santo Domingo 75, ramo II. Outros exemplos da preocupação espanhola com a ameaça portuguesa se encontram na correspondência da *Audiencia* de Santo Domingo. Ver AGI, Santo Domingo 56, ramo 2, n. 11 (19 jul. 1641); Santo Domingo 57, ramo 2, n. 23 (14 mar. 1650).


46 Carta do Bispo López del Haro para Filipe IV, 1645” in Vicente Murga Sanz e Alvaro Hueriga (eds.), *Episcopologio de Puerto Rico* (Ponce: Universidad Católica de Puerto Rico, 1987-1994), v. 3, p. 101.

Brasil açucareiro: concorrente e modelo

Embora a presença portuguesa nas Antilhas tenha antecedido o desenvolvimento de uma economia do açúcar na região, com o tempo, comerciantes, marinheiros e colonos portugueses, assim como as próprias colônias açucareiras de Portugal, desenvolveram vínculos intensos com a produção de açúcar no Caribe. No início, aproximadamente entre 1510 e 1540, a principal concorrência à produção antilhana não vinha do Brasil, e sim de Madeira, São Tomé e das Canárias castelhanas.⁴⁷ A capacidade produtiva original da Madeira era estimada em 120.000 arrobas e, durante seu auge, em 1506, chegava a 150.000 arrobas, ou 2.181 toneladas por ano.⁴⁸ Em São Tomé, por volta de 1540, cerca de 60 engenhos produziam 150.000 arrobas. É difícil fazer uma estimativa da produção das Ilhas Canárias, mas provavelmente tinha valores próximos a esses.⁴⁹ Os tradicionais produtores continuaram dominando a economia atlântica até a década de 1560, quando um grande número de espanhóis das Canárias e, especialmente, portugueses com experiência como mecânicos, técnicos e mestres de açúcar em Madeira e São Tomé levaram suas habilidades para o Caribe e, mais tarde, para o Brasil. Nesse sentido, durante a primeira parte de século XVI, não só Madeira e São Tomé, mas também Hispaniola e Porto Rico, antecederam o Brasil na produção açucareira.

47 Justo L. del Rio Moreno, Lorenzo E. López y Sebastián, “El comercio azucarero de La Española en el siglo xvi. Presión monopolística y alternativas locales”, *Revista Complutense de História de América*, n. 17 (1991), pp. 39-78.


48 Joaquim Romero Magalhães, “O açúcar nas ilhas portuguesas do Atlântico, séculos XV e XVI,” *Varia História*, v. 25, n. 41 (2009), pp. 151-179 ; Alberto Vieira, “Sugar Islands” in Stuart B. Schwartz (org.), *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680* (Chapel Hill: University of North Carolina, 2004), pp. 42-84. Ver também Cristina Maria Seuanes Serafim, *As Ilhas de São Tomé no século XVII*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2000; Luís da Cunha Pinheiro, “A produção açucareira em São Tomé ao longo de Quinhentos”, *Actas do Colóquio São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica* (Lisboa: ISCTE, 2012), pp. 27-46.

49 Guillermo Camacho e Pérez Galdós, “El cultivo de la caña de azucar y la industria azucarera en Gran Canaria (1510-1535)”, *Anuario de Estudios Atlánticos*, n. 7 (1961), pp. 11-69 .

Como parte deste período inicial de crescimento da economia açucareira atlântica, Portugal esteve no centro de duas grandes diásporas atlânticas. Os portugueses dominaram o tráfico escravista enviando pessoas da África Ocidental, principalmente para o Caribe, e só de modo secundário para o resto da América espanhola. Entre 1526 e 1550, cerca de 12.500 africanos chegaram à América espanhola e este número duplicou nos 25 anos seguintes. Durante o mesmo período, o Brasil recebeu apenas 10.000 africanos.⁵⁰ Deste modo, o Brasil seguia um padrão primeiro desenvolvido nas ilhas atlânticas e nas Antilhas espanholas. A nova economia atlântica atraía capital de investidores flamengos, alemães e italianos. Junto a este movimento de capital, se produzia uma segunda diáspora: a dos cristãos-novos portugueses que participavam dos *asientos* e licenças do tráfico escravista e do comércio multinacional do açúcar que unia os portos ibéricos aos do norte da Europa. Ambas as diásporas ajudaram a consolidar as histórias paralelas e interconectadas do Caribe e do Nordeste do Brasil. Ambas se expandiriam enormemente durante as décadas seguintes.⁵¹ No Brasil, a indústria do açúcar começou a florescer apenas durante a década de 1530. Durante os vinte anos seguintes, Pernambuco foi a área predominante de desenvolvimento, embora a Bahia também já tivesse começado seu momento de crescimento. Em 1585, dos 120 engenhos do Brasil, 85% se encontrava em Pernambuco (66) e Bahia (36). No início do século seguinte, a colônia gerava para a Coroa receitas 50% maiores do que seus gastos com a colônia, principalmente como consequência da produção de açúcar.⁵²

Na Figura 2, notam-se claramente três etapas da produção açucareira em que o Brasil e as ilhas do mar do Caribe se alternavam em predominância: a primeira, até 1580, quando Hispaniola e Porto Rico

50 Herbert Klein, “The Atlantic Slave Trade before 1650” in Schwartz (org.), *Tropical Babels*, pp. 201-236.

51 Esteban Mira Caballos, “Las licencias de esclavos negros a Hispanoamérica (1544-1550)”, *Revista de Indias*, n. 54 (1994), pp. 273-97 .

52 Para un panorama geral desse processo, ver Stuart B. Schwartz, “A Commonwealth Within itself: The Early Brazilian Sugar Industry, 1550-1670” in Stuart B. Schwartz (org.), *Tropical Babels*, p. 161.

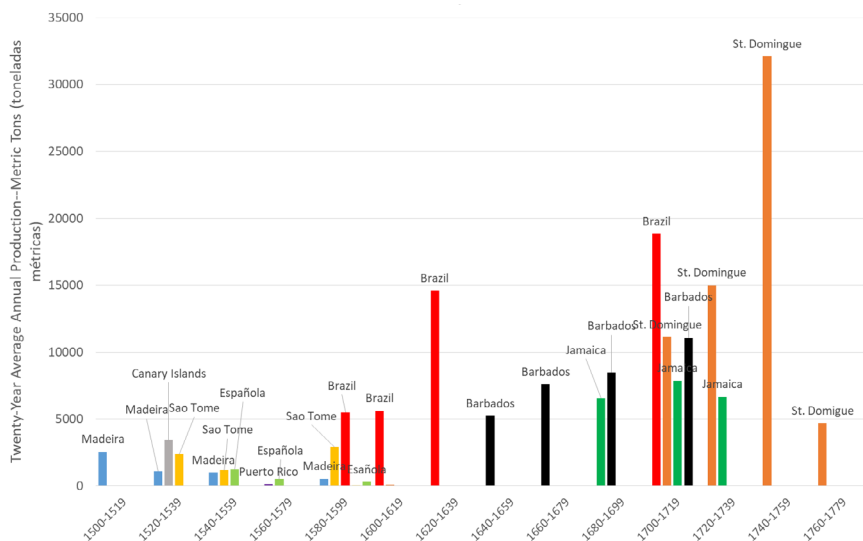
entraram em concorrência com as Canárias, Madeira, e São Tomé; uma segunda etapa, até c. 1660, quando o Brasil superou em muito a produção das Antilhas hispânicas; e uma terceira etapa, quando engenhos nas ilhas caribenhas inglesas, como Barbados e Jamaica, e nas francesas, como Martinica, Guadalupe e São Domingos (Saint Domingue), se combinaram para superar a exportação brasileira. Por volta de 1750, São Domingos se tornaria o grande exemplo da clássica colônia agroexportadora escravista, produzindo açúcar, café e outros produtos tropicais.

Neste processo, o Brasil desempenhou um papel central, tanto como concorrente quanto modelo. No final do século XVI, com o auge da colônia brasileira como produtora de açúcar, os papéis do Brasil e das Antilhas e sua relação haviam se invertido. O Brasil se converteu no modelo. Em 1578, Domingo de Santiago, que havia sido recentemente nomeado bispo de Porto Rico, fez uma série de sugestões acerca do futuro de sua diocese a Felipe II da Espanha. Ressaltou a fertilidade da ilha, a escassez populacional e a ameaça constante que os ataques dos nativos caribes representavam. Propunha como remédio a importação de africanos escravizados para serem utilizados nas minas de ouro, então uma atividade em decadência, e nos engenhos açucareiros. O Brasil era o seu modelo. Indicou que ouvira falar que por aqueles dias o Brasil havia triplicado seus lucros; sua explicação para tal êxito estava na importação, patrocinada pelo Estado, de africanos e, por associação, no crescimento da indústria açucareira. Sugeriu que se ordenasse ao embaixador português que revelasse ao rei como haviam sido logrados aqueles avanços. O bispo Santiago foi cuidadoso ao afirmar que esta informação não era de segunda mão, mas que sabia com certeza que: “Nas atividades agrícolas similares, o rendimento dos portugueses superava o das demais nações”.⁵³ Como Hispaniola, Porto Rico havia implementado engenhos e iniciado uma indústria de açúcar nas décadas de 1520 e 1530, mas esta não teve êxito devido à destruição da população nativa, à escassez de capital, às condições climáticas (que limitavam a duração da safra) e a

53 Obispo de San Juan a Felipe II (3 jan. 1578), AGI, 172, fls. 209-216.

uma variedade de ameaças ambientais, como os furacões.⁵⁴ Naquela época, era impossível competir com o Brasil.⁵⁵

Figura 2
Produção anual dos principais produtores de açúcar



Fonte: ver notas 61-64.

Durante setenta anos, entre 1560 e 1630, o açúcar do Brasil, produzido majoritariamente em Pernambuco e na Bahia, dominou os mercados europeus. Nos anos de 1540, o número de engenhos destas duas regiões havia começado a expandir rapidamente graças à benção (ou maldição) de terras férteis, a um suprimento inesgotável de lenha, a um clima que permitia uma safra de nove meses, em vez dos cinco ou seis meses que durava no Caribe, e, inicialmente através do emprego da

54 “San Juan, 3 jan. 1578” in *Episcopologio de Puerto Rico*, v. 2, pp. 311-312.

55 Em algumas páginas estimulantes, o historiador português Vitorino Magalhães Godinho destacou a importância do açúcar para o desenvolvimento do capitalismo e as vantagens geográficas que desfrutou a indústria brasileira, comparada à antilhana. Ver “Três temas da história das Américas” in *Ensaio* (Lisboa: Sá da Costa, 1968), v. I, pp. 277-289.

mão de obra indígena disponível e mais tarde do tráfico escravista africano controlado pelos portugueses. Na década de 1570, Pernambuco e Bahia haviam superado Madeira, São Tomé, as Canárias e as Antilhas como zonas produtoras de açúcar. O Brasil tornou-se o principal destino de escravos africanos e atraiu o comércio dos holandeses, os ataques de intrusos ingleses e franceses e a inveja de outras nações europeias. O litoral brasileiro se transformou na economia de *plantation par excellence*, com uma produção que superava a de todos os seus concorrentes juntos. Como é sabido, as primeiras plantações açucareiras se instalaram nas novas colônias inglesas e francesas do Caribe (São Cristóvão, Barbados, Martinica e Guadalupe); somente depois dos ataques holandeses em Salvador, em 1624, e da ocupação holandesa de Pernambuco e do nordeste do Brasil, entre 1630 e 1654, o comércio açucareiro ibérico foi interrompido.


É importante mencionar que a grande era do domínio brasileiro coincidiu com a união das coroas ibéricas. Na década 1580, Felipe II da Espanha considerava o Brasil pouco mais que um baluarte para defender o Peru, mas os cinquenta anos seguintes se constituíram na era dourada do açúcar do Brasil na economia atlântica. Em 1637, o Brasil contava com 350 engenhos, que produziam 13.000 toneladas (900.000 arrobas) por ano – muito mais que qualquer outra região.⁵⁶ Como reconheceu, em 1624, o conde de Basto, governador de Portugal: “o Brasil carrega todo este reino atrás de si. [...] Sem Brasil não há Angola, nem Cabo Verde, nem a madeira que se traz dali, nem alfândegas, nem consulado, nem portos secos nem situação para pagar aos tribunais e outros salários, nem meios de que possam viver”.⁵⁷

O Brasil e seu açúcar eram a pedra angular da economia do império português, mas esta posição atraiu o interesse dos holandeses. Quando estes últimos foram expulsos do Brasil, em 1654, o Caribe havia

56 A arroba portuguesa, de 32 libras, era aproximadamente 22% mais pesada que a arroba espanhola, de 25 libras.

57 Archivo Casa de Alba (Madrid), caja 117.

se transformado de tal modo que impactou o desenvolvimento brasileiro.⁵⁸ A guerra para recuperar o Brasil havia destruído uma grande quantidade de engenhos e as alianças de Portugal e suas lutas para recobrar a independência da Espanha dependeram de impostos pesados sobre a indústria açucareira. O comércio de açúcar também havia sofrido. Somente em 1647 e 1648, a Bahia perdeu 130 navios carregados de açúcar. Com todas essas perturbações, o preço do açúcar no Brasil caiu, o que afetou seus produtores, mas a falta de açúcar fez com que os preços se elevassem na Europa, para vantagem dos novos produtores que haviam começado a aparecer no Caribe durante as décadas de 1630 e 1640, em ilhas como Barbados, Martinica e Guadalupe. Com a ajuda de portugueses cristãos-novos – que haviam deixado o Brasil após o fim do domínio holandês –, ingleses, franceses e os próprios holandeses começaram a orientar suas antigas colônias caribenhas para a produção de açúcar.⁵⁹ Em 1667, Robert Harley, senhor de engenho e chanceler de Barbados, afirmou que “tendo perdido o Brasil, muitos holandeses e judeus se estabeleceram em Barbados e começaram a plantar [cana] e fazer açúcar”. E acrescentou que, perdido o Brasil para os holandeses, estes agora vendiam seus cativos para Barbados a partir de seus entrepostos na Guiné, e que eram estas atividades que tornavam possíveis o comércio e a subsistência da colônia. Em 1645, Barbados tinha menos de 6.000 escravizados; vinte anos mais tarde, contava com mais de 50.000.⁶⁰ Um processo similar teve lugar em outras ilhas. Na parte francesa de São Cristóvão, as plantações de açúcar começaram em 1648 sob a direção de um exilado do Brasil. Em outras ilhas das Antilhas

58 Pierre Chaunu, “Brésil et l’Atlantique au XVIIe”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 16, n. 6, (1961), pp. 1176-1207 , sugere uma mudança conjuntural depois de 1629, que teria retardado consideravelmente o crescimento da indústria brasileira (ver especialmente pp. 1193-1195).

59 British Library, Londres, Sloane Ms 3662, fol. 59, citado por Jonathan Israel, *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*, Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 236.


60 Russell Menard, *Sweet Negotiations: Sugar, Slavery, and Plantation Agriculture in Early Barbados*, Charlottesville: Universidad de Virginia, 2006. Ver também J. J. McCusker e R. Menard, “The Sugar Industry in the Seventeenth Century: A New Perspective on the Barbadian ‘Sugar Revolution’” in Schwartz (org.), *Tropical Babylons*, pp. 289-330.

francesas, seiscentos “conversos refugiados de Pernambuco”, que haviam chegado depois de 1645, iniciaram a indústria açucareira.⁶¹

No final do século, até mesmo o Caribe espanhol buscava explorar as novas possibilidades do açúcar. A produção de açúcar de Cuba havia se expandido na década de 1630, mas na década de 1640 sofreu com a interrupção do *asiento* português que até então lhe fornecia escravizados. Recuperou-se no final do século mas, àquela altura, a ameaça vinha de novos concorrentes. Quando o *Cabildo* de Havana, em seu esmero para proteger o mercado para o açúcar cubano, escreveu ao Rei que “os açúcares do Brasil, Virgínia, Jamaica, Curaçao e Barbados devem ser proibidos de venda na Espanha”, mostrava certa confusão acerca da localização exata de seus novos rivais, mas parecia entender de forma razoavelmente correta a natureza da concorrência.⁶²

Com todos os seus problemas, o Brasil se mantinha com grande capacidade produtiva. A Bahia sozinha era capaz de produzir mais açúcar que qualquer rival caribenho, mas a indústria brasileira, como a do Caribe espanhol, estava sujeita a uma pesada carga tributária e se via limitada pelas políticas mercantilistas da França e da Inglaterra, que reservavam seus amplos mercados de açúcar para suas próprias colônias.⁶³ Na década de 1630, 80% do açúcar vendido em Londres havia sido cultivado no Brasil; em 1690, o Brasil fornecia menos de 10%.⁶⁴ Com mercados protegidos, novos produtores nas pequenas Antilhas começaram a produzir açúcar.

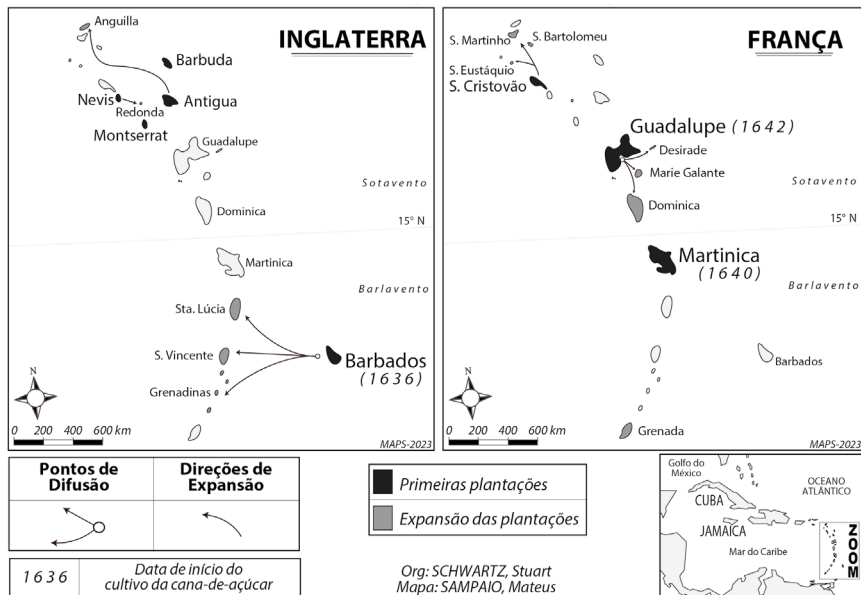
61 David Watts, *The West Indies: Patterns of Development, Culture and Environmental Change since 1492*, Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 224; Philip P. Boucher, *France and the American Tropics to 1700*, Baltimore: Johns Hopkins University, 2008, p. 91; Canabrava, *O açúcar*, pp. 40-47.

62 Alejandro de la Fuente, “Sugar and Slavery in Early Colonial Cuba” in Schwartz (org.), *Tropical Babels*, p. 125. Ver também “Los ingenios de azúcar en La Habana del siglo XVII (1640-1700): estructura y mano de obra”, *Revista de Historia Económica*, v. 9, n. 1 (1991), pp. 35-67 .

63 Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*, Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 183.

64 P. C. Emmer, “The Dutch Atlantic, 1600-1800: Expansion without Empire”, *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, n. 38 (2001), pp. 31-47.

Figura 3
Pequenas Antilhas, povoamento e produção de cana de açúcar, 1600-1700



Fonte: elaborado por Stuart B. Schwartz e Mateus Sampaio

Todo o Caribe correu na busca de um “novo Brasil”; o Brasil era o modelo que se devia imitar, copiar ou substituir.⁶⁵ Em 1662, o governador de Barbados, Thomas Modyford, indicou que uma pequena colônia implantada no Rio Suriname podia se tornar “mais considerável que o Brasil” em apenas sete anos.⁶⁶ Os holandeses adquiriram a colônia em 1667, e depositaram tantas esperanças nela que estavam dispostos a

65 Ernst van den Boogaart, “Un second Brésil au territoire des Caraïbes. La formation du secteur sucrier aux Antilles anglaises et françaises, perspective comparative” in Frank Lestringant (org.), *La France-Amérique, XVIe-XVIIIe siècles* (Paris: Champion, 1998), pp. 275-286; Stuart B. Schwartz, “Looking for a New Brasil: Crisis and Rebirth in the Atlantic World after the Fall of Pernambuco” in Michiel van Groesen (org.), *The Legacy of Dutch Brazil* (Cambridge: Cambridge University Press, 2014), pp. 41-58.

66 Grã-Bretanha, *Calendar of State Papers, Colonial Series, West Indies*, Londres: Public Record Office, 1860-, CO 1/11, n. 41.

entregar Nova Amsterdã (Nova York) aos ingleses no Tratado de Breda, em vez de perder seu “novo Brasil”.⁶⁷ Em 1681, o Conselho Municipal de Amsterdã, ao discutir o potencial econômico do Suriname, o chamou de “um segundo Brasil”.⁶⁸ Embora nunca tivesse satisfeito essas expectativas, o Suriname se converteu na colônia agrícola holandesa mais produtiva na América. Durante o século seguinte, o Caribe superou seu rival Brasil. Jamaica, Martinica, Antígua, Barbados, São Domingos e eventualmente Cuba se tornariam os sucessores e herdeiros dos portugueses, naquela época ausentes, mas que tanto haviam contribuído para o início da economia açucareira no Caribe.

Apêndice

Biblioteca Pública de Évora (Portugal), CVIII/ 2-12.

[1r]

Senhor

O Frei Antonio de Chinchilla, da ordem regular de nosso pai seráfico São Francisco, comissário da Santa Inquisição no arcebispado de Santo Domingo, Ilha Hispaniola, qualificador dos tribunais do México e Cartagena, do Supremo Conselho Geral, procurador geral da província de Santa Cruz e Caracas e da cidade de Coro, sobre a causa apostólica da translação da igreja catedral daquela cidade, definidor das províncias de

67 Cornelis C. Goslinga, *The Dutch in the Caribbean and on the Wild Coast* (Gainesville: Universidad de Florida, 1971), pp. 422-432. Goslinga destacou a importância dos “judeus-holandeses-portugueses-brasileiros” sob David Nassy, depois de 1664, para o desenvolvimento da colônia.

68 Wim Klooster, “Networks of Colonial Entrepreneurs: The Founders of the Jewish Settlements in Dutch America, 1650s and 1660s” in Richard L. Kagan e Philip D. Morgan (orgs.), *Atlantic Diasporas: Jews, Conversos, and Crypto-Jews in the Age of Mercantilism, 1500-1800* (Baltimore: Universidad de Johns Hopkins 2009), p. 39.

Santa Cruz, Caracas e México, disse: Que com largo auxílio e agregado de casos nas províncias da Nova Espanha, adquiriu notícias precisas para apresentar à Vossa Majestade, atento sempre ao bem universal de seus vassallos, para conservá-los não só em paz política, mas na profissão de fé e propagação da religião cristã, fins que não se pode conseguir senão por meio das notícias, para as quais o Príncipe Supremo há de ter sempre a porta e o ouvido abertos, mesmo que alguma vez consiga fechá-los para o pleito.

Entrando logo na matéria deste memorial, para propor à Vossa Majestade, que depois que foi fundado o Tribunal do Santo Ofício na cidade de Cartagena, ano de dez, tendo tão dilatado seu distrito, nenhum inquisidor nem outro ministro fez visitas nos lugares para conhecer o proceder dos ministros e como usam seus ofícios e guardam as instruções do Tribunal; porque na omissão de sua observância se ocasionam infinitos danos não só para a plantação da fé, que está todavia em construção naquelas províncias, mas também para dar mais profundidade às raízes do que é plantado.

E quando Vossa Majestade (Deus lhe guarde) comunica tanto consolo àqueles reinos na mesma matéria do zelo pela vigilância [1v] sobre os ministros, enviando-lhes para visitas frequentes aos tribunais seculares e às ordinárias de residência aos governadores, com que se lhes ajustam seus procedimentos, não é bom falhar no cuidado dos ministros do Tribunal, sobre quem pesa peso de não menor importância (como a mesma matéria recomenda), a não realização destas visitas consiste em terem sido dispendiosas para os inquisidores e ministros, que não podem custear com seus salário, nem parece conveniente que os visitantes, regularmente pobres, arquem com os custos. E assim parece conveniente e necessário escolher uma forma e meio eficaz, e nenhum pode ser maior que eleger para estas visitas religiosos, como se elegem os comissários, por não haver número de seculares, eclesiásticos e idôneos para o ministério; porque os religiosos, com menor custo e melhor exemplo, poderão fazer estas visitas. E para que se conheça a necessidade delas, se adverte que a província de Caracas, do

distrito da Inquisição de Cartagena, tem mais de 400 léguas de circunferência e nela há 12 governos de outros tantos povoados de boa população, que fazem cabeça de *partidos* com justiça e regimento; e em toda essa população há só um comissário e um familiar com provas de qualidade, porque não é fácil fazer dos espanhóis povoadores, ou pela distância de sua origem e falta de notícias do seu sangue ou porque muitos deles são mestiços. Hoje estas dúvidas regularmente cessam nos religiosos, que para esta situação já têm provado seu sangue e, para o de ministros da Inquisição, provam com mais facilidade. Concorre para este argumento que, quando se acha algum clérigo com as qualidades necessárias para comissário, não pode usar livremente seu ofício porque os bispos, que estudam o que podem para reter a jurisdição de ordinários em causas de fé e impedir a [jurisdição] do Conselho e dos Tribunais, impedem aos tais ministros ou com ameaças [2r] de desalojá-las dos curatos e vicariatos e outras comodidades que dependem dos bispos, que para conseguir seu intento dão ordens secretas aos tais ministros e públicas todas as vezes que lhes convém para esconder as notícias do Tribunal e para que fiquem as causas sem castigo, que tanto convém que tenham, ou por outros meios. No arcebispado de Santo Domingo (cuja importante população) não há mais de um familiar. No bispado de Porto Rico não há notícia de que haja comissário em propriedade; nestes dois bispados é tanta a necessidade de recorrer ao remédio dos perigos que se experimentam em matéria de fé, que no Conselho das Índias estão hoje pendentes muitas causas contra culpados das arribadas de navios, com resgates de negros e comércios de mercadorias introduzidas por ingleses, holandeses e franceses, cujo comércio (no tempo do senhor Rei Felipe Segundo) levou a que se mandasse despovoar sete grandes lugares, o melhor da ilha de Santo Domingo, pela parte Norte, e o interesse dessa população predominou e preferiu (como é justo) evitar o comércio com estas nações pelo perigo de suas conversas e tratamento em matéria de religião.

Em confirmação ao que foi dito acerca dos embaraços que os bispos impõem aos comissários seculares, é importante que tenha especial

conhecimento do que hoje também está pendente no Conselho com don frei Mauro de Tobar, bispo de Venezuela, de quem estão queixosos o licenciado Álvaro Pérez Linares, cura da cidade de Trujillo, a quem afastou do vicariato por achar-se afeito e atento à obrigação do seu serviço; o licenciado Marcelo García, comissário da cidade de Portillo de Carora (e pela mesma causa de aversão aos comissários), a quem levou preso à cidade de Caracas e não soltou até que morreu na prisão; o licenciado Gaspar Sánchez de Agreda, [2v] comissário da cidade de Coro, a quem levou preso à cidade de Caracas, e no comissário dela, o licenciado Gabriel Mendoza, mais positivamente realizou o Bispo sua intenção de frustrar a jurisdição do Tribunal, porque tendo sido dada ordem nele [Tribunal] para que o dito comissário desse uma repreensão a Joseph López de Villanueva, escrivão de Caracas, por ter feito uma descompostura em ações e palavras ao capitão Juan Sánchez Morgado, familiar e *alguacil mayor*, o Bispo, com ameaças, impediu ao dito comissário executar a ordem do Tribunal, e por não tê-la executado o uso do seu cargo de comissário foi suspenso por dois anos. É conhecido que tais ministros seculares sempre se acham em dúvida e temor sobre se devem obedecer ao Tribunal ou aos bispos. O licenciado Francisco Sánchez de Oviedo, comissário de Barquisimeto, recebeu muitas extorsões do dito bispo, e de tal forma que se viu forçado a denunciar no Tribunal os maus tratos dirigidos a ele e a outros ministros, e que para ninguém observa suas honras e homenagens, e nesta conformidade o Tribunal lhe deu permissão para que averiguasse as denúncias que nele havia dado no ano de 51, e pode ser que o Tribunal as tenha remetido ao Conselho ou nele se acordará o que for conveniente para aceitá-las. O licenciado Melchor Zapata de Ribadeneira, comissário de Maracaibo, padeceu das mesmas experiências com o Bispo, que lhe trouxe de Maracaibo até Caracas (distância de mais de cento e quarenta léguas), o manteve preso e lhe desterrou para o novo povoado de Gibraltar. Pela ausência e pelo desterro do dito licenciado Melchor Zapata de Ribadeneira, deu a *comisaría* de polícia o tribunal ao doutor Méndez Cabrita, e, por ter aceitado, o Bispo lhe tirou o vicariato daquela cidade. O padre frei

Buenaventura López Generes, comissário da cidade de Santiago de León de [3r] Caracas, religioso da ordem de nosso seráfico padre São Francisco, provincial daquela província e qualificador da Suprema, estando na dita província [para] publicar os éditos da fé, lhe impediu de fato o Bispo e lhe proibiu de publicá-los, como foi feito em todo o bispado, em que há mais de cinco anos não ocorre publicação, quando é tão necessária, como se pode inferir das muitas causas que foram feitas no Tribunal de Cartagena, prisões e sequestros de bens e penitências, pela frequência que nestes tempos há naquela província não só de comunicação com os ingleses, como também pelo muito concurso de portugueses, de que não faltam notícias no Conselho; e de novo é bom ter as causas que ocasionam este concurso, que são que a província de Caracas, por particular mercê de Vossa Majestade, está isenta de muitos direitos em seu comércio, tanto das mercadorias que são introduzidas, como dos frutos que saem. E embora este privilégio seja usufruído pelos vizinhos, é muito comum a habilidade e astúcia dos portugueses para colocar todos os seus contratos no nome dos seus fregueses e, com alívio destes direitos, encontram grande introdução para seu comércio, e com aproveitamentos dele e abundância de cabedais, se introduzem em ofícios públicos de honras, como *regidores*, *alcaldes* e outros, contrariando as cédulas do Conselho das Índias e as ordens da Suprema Inquisição, que, querendo evitar estes danos, determinaram que ninguém da nação portuguesa passe para aqueles reinos apenas com a licença do Conselho, mas que também tenham que apresentar atestado e notas da Inquisição e Tribunal de Sevilha, em que conste que não passem à Espanha fugi[ti]vos por causas que contra [existam] eles nos tribunais da Inquisição.

Na ilha de Porto Rico e na província de Caracas [3v] e no governo de Margarita, há notícias públicas e tradições de 50 anos atrás, que chegou ali um navio que vulgar e comumente foi chamado de navio judaico porque se procedeu contra as pessoas que iam nele, que eram muitas famílias fugitivas e expulsas do reino de Portugal, no auto [de fé] a que chamaram o grande; e esta entrada de famílias se distribuiu e espalhou em muito

número pelas ditas três províncias de Porto Rico, Margarita e Caracas, onde todas as pessoas das ditas famílias (embora introduzidas em ofícios e cargos de honra) não podem apagar a origem e continuação de seus costumes, como será fácil para o Conselho averiguar.

Representadas, pois, estas causas do comércio de portugueses, ingleses e holandeses, não solicita menos o cuidado do remédio à frequência que hoje há naquelas províncias, tanto por índios quanto por mestiços, e o contágio que se espalhou entre os espanhóis no uso de feitiçarias e embustes, a que não ajuda nada estar ainda com o gosto da idolatria, pela qual facilmente vem a magia com pactos do demônio, que lhes comunica muitas notícias de ocultas virtudes das ervas, que com tanta diversidade criam aquelas terras, e lhes ensinam venenos extraordinários e não conhecidos, nem remediáveis, com o qual cometeram muitos homicídios e privaram de juízo a muitos; sobre os quais foram feitas causas pelo próprio bispo don frei Mauro de Tobar, que talvez este dano não tivesse chegado a tal grau se se tivesse prevenido nos primeiros passos (de que se fez relação), isto é, de não haver impedido a publicação dos éditos.

O dito reverendo bispo tem provado seu ódio aos ministros da Inquisição, com um caso anterior ao início de seu bispado. É notório em Castela o que aconteceu, sendo abade de Valladolid, que [4r] sobre matéria tão diferente como é a eleição do pregador na publicação dos éditos da fé, fez tenaz resistência ao Tribunal, que lhe queria eleger e queria que a eleição fosse sua obrigação como abade. Não será muito temerária presunção que esta tenacidade de espírito tenha crescido na ocasião e ocasiões em que pode executar sua vontade com o novo posto e autoridade.

Porque o ânimo do suplicante não é relatar estes casos em relação à pessoa de que se tem falado, mas sim à matéria de que se trata, que é o poder que têm os bispos e seus ministros de se intrometer nas causas da Inquisição e retirá-lo de quem pertence. Se mostra por nova notícia outro caso (não menos ruidoso) em don frei Damián de Haro, bispo de Porto Rico, que é recente e ainda estará presente para aqueles que hoje assistem no Tribunal e no Conselho das Índias, onde se despachou cédula de

repreensão pelos excessos que cometeu contra don Pedro Luis de Salazar, ouvidor da *Audiencia* de Santo Domingo e juiz da comissão nas províncias de Cumaná, Cumanagoto e Porto Rico, para averiguação e castigo dos culpados na entrada dos navios ingleses; ao qual juiz o dito bispo atrapalhou a comissão por diferentes meios e o último foi denunciá-lo em uma causa em que o acusou de ser herege por diferentes proposições tão sinistras e ridículas, como as qualificou o Conselho Supremo, tendo vindo a ele o dito juiz porque ainda se pode valer do Tribunal de Cartagena, que não consta no Conselho das Índias e no Supremo.

O mesmo bispo e pelos mesmos meios de se atribuir jurisdição de inquisidor ordinário, como se nota na mesma cédula de repreensão, dizendo-lhe *que de ordinário, id est, de juiz eclesiástico ordinário, é tornar-se um inquisidor ordinário*, perseguiu a don Diego Fajardo, governador do presídio de San Martín, que, por não [4v] querer receber como capelão do presídio a um religioso companheiro seu, lhe acusou de herege; se foi uma acusação justa ou não, também há notícias no Conselho.

Para que não se arrisque a reputação, por ser causa própria o que aconteceu ao suplicante na cidade de Coro com o vigário Miguel Arias, que de fato e com escândalo lhe retirou uma cadeira posta como comissário do Tribunal, estando para ouvir um sermão, e o vigário se glorificou tanto da ação que escreveu para o Bispo, de quem teve resposta, mesmo com repreensão, de que não havia feito maior demonstração na pessoa do comissário; pelo perigo, como está dito, do crédito em causa própria, não se faz maior apreciação e exagero do caso.

A comprovação destas notícias, parece preciso, obrigará o Conselho a acudir com o remédio eficaz; para ela ou para a maior parte, se pode fazer suficiente diligência com pessoas que estão na corte, de cuja autoridade e verdade serão levadas ao conhecimento do conselho no exame destas notícias.

São as pessoas do licenciado don Juan de Melgarejo Ponce de León, ouvidor da *Audiencia* de Santo Domingo e presidente dela, consultor do Santo Ofício.

O licenciado don Francisco Reje, que foi tenente em Havana e Cartagena, também consultor do Santo Ofício; don Pedro de Peralta, juiz oficial real da cidade de Santiago de León de Caracas; don Gabriel Navarro de Campos, procurador geral daquela província; o sargento maior Dionisio Sedeño de Albornoz; o capitão Alonso Torres, também vizinhos daquela província.

E o suplicante espera no zelo de Vossa Majestade que não negará o efeito para que foram propostas estas notícias, quando o assunto traz consigo a recomendação.

Licenciado don Joseph Nieto Ariza
Fray Antonio de Chinchilla

Recebido em 8 ago. 2023

Aprovado em 20 nov. 2023

doi: 10.9771/aa.v0i68.55742



Durante os séculos XVI e XVII, o clima, as possibilidades agrícolas e a história faziam do Brasil um modelo, uma alternativa e um concorrente para algumas sociedades caribenhas. A relação entre o Brasil e o Caribe se transformou com o tempo, mas houve também continuidades, circulação de informações e interações que vincularam suas histórias. Neste ensaio, minhas observações vão se concentrar no Brasil como extensão do Grande Caribe, no papel dos portugueses no Caribe e em sua história compartilhada e entrelaçada de açúcar e escravidão.

Portugal | Brasil | Caribe | Açúcar | Escravidão

***THE PORTUGUESE AND THE CARIBBEAN:
SUGARCANE BRAZIL AND THE GREAT CARIBBEAN DURING
THE SIXTEENTH AND SEVENTEENTH CENTURIES***

During the 16th and 17th centuries, the climate, agricultural potential, and history made Brazil a model, an alternative, and a competitor for some Caribbean societies. The relationship between Brazil and the Caribbean changed over time, but there were also continuities, circulation of information and interactions that linked their histories. In this essay, my I will focus on Brazil as an extension of the Greater Caribbean, on the role of the Portuguese in the Caribbean, and on their shared and interconnected history of sugar and slavery.

Portugal | Brazil | The Caribbean | Sugar | Slavery